

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E  
CONTROLADORIA

ALEXANDRE GERALDO GOMES DE OLIVEIRA

CONTROLES INTERNOS EM UMA EMPRESA VAREJISTA COM A  
IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL

BELO HORIZONTE  
2013

ALEXANDRE GERALDO GOMES DE OLIVEIRA

CONTROLES INTERNOS EM UMA EMPRESA VAREJISTA COM A  
IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Auditoria Externa do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título Especialização em Auditoria Externa.

Área de concentração: Contabilidade e Auditoria

Orientador: Fernando A. Lopes Mattoso

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por todas as coisas e pela vida.

A minha esposa e filho, meus companheiros, minha vida.

A meus professores que se tornaram meus amigos, dividindo seu saber.

A meus amigos que se tornaram meus professores.

E especialmente,

A minha esposa, Henny, pelo apoio, compreensão e paciência, ao longo de mais uma jornada, que estive sempre ao meu lado.

A meu filho Nicholas, que me ensina a cada dia o valor da vida e me mostra a presença de Deus em minha vida.

Ao professor. Fernando A. Lopes Mattoso, pela orientação e incentivo recebido neste último semestre no curso de pós-graduação, pelo conhecimento e incentivo transmitidos ao longo de nosso convívio.

## RESUMO

As empresas brasileiras estão passando por uma transição de um modelo de escrituração fiscal manual para escrituração eletrônica. O Sistema Público de Escrituração Digital Fiscal (SPED) surgiu com a promessa de simplificar as obrigações acessórias dos contribuintes, de mitigar os erros e agilizar processos de fiscalização. Devido à diversidade e complexidade de tecnologias envolvidas, pode-se dizer que o SPED Fiscal pertence à área da TI (Tecnologia da Informação). Representantes do governo buscaram soluções e padronizaram os meios pelos quais o SPED Fiscal deve ser enviado. O arquivo digital deverá ser desenvolvido no padrão TXT. O SPED FISCAL deve ser apresentado com a assinatura digital do contribuinte emitente, certificada por entidade credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP Brasil), a fim de garantir a autoria do documento digital. Como resultado da implantação dessa ferramenta, pretende-se melhorar o controle e gestão dos tributos, diminuindo a sonegação e aumentando a arrecadação. Os sistemas precisam se adequar às leis e estão sendo criados a fim de integrar Estados, Municípios e o Distrito Federal, de forma que todos possuam as informações sobre os contribuintes. Este trabalho procura destacar os riscos no controle interno, especificamente no processo de compras de materiais e serviços com a implantação do SPED Fiscal. Por meio de um estudo de caso em uma empresa do comércio varejista de livros, situada em Belo Horizonte, que está obrigada a entregar o SPED FISCAL ou EFD – ICMS (Escrituração Fiscal Digital), conforme lista dos contribuintes obrigados disponibilizada pela SEF-MG. Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada com o gestor da empresa. Além disso, foi realizada uma análise documental em relatórios e livros fiscais disponibilizados pela empresa estudada. Como resultado, observou-se que a partir de junho de 2012, por adequações necessárias e indispensáveis ao cumprimento dessa obrigação acessória, procedeu-se à implantação de controle interno de compras de materiais e serviços. A empresa está iniciando seu processo de controle interno de compras de materiais e serviços devido às exigências do fisco para atendimento ao SPED FISCAL. Observou-se que a implantação de estrutura organizacional de controle interno no processo é indispensável para mitigar o risco de sanções legais pelo Fisco por envio de informações distorcidas e incompletas.

Palavras-chave: Sped Fiscal. Tecnologia da informação. SEF-MG. Escrituração Fiscal Digital.

## ABSTRACT

Brazilian companies are going through a moment of transition from the manual fiscal bookkeeping to the electronic form. The Fiscal SPED began with the promise of simplifying the accessory obligation of the taxpayers, of eliminating typing errors and speeding up inspection processes. Due to the diversity and complexity of technologies involved, the Fiscal SPED belongs to the IT (Intelligence Technology). Government representatives, searching for solutions, standardize the means by which the Fiscal SPED must be submitted. The digital file must be developed in the TXT format. The Fiscal SPED must be presented with the emitting taxpayer's digital signature, certified by an entity accredited by the Chaves Pública Brasileira – ICP Brazil's infrastructure, in order to guaranty the authorship of the digital document. As a result of the implementation of this tool Tax Administration will begin to have a better control and management of the taxes, reducing withholding and increasing tax revenues. The systems must adapt themselves to the laws and are being developed in order to integrate states, municipalities and the Federal District, in a way that all have information about the taxpayers. This papers tries to verify the risks presented in the internal control over the process of buying materials and services with the implementation of the Fiscal SPED. Through a case study conducted in a company belonging to the book retailer commerce situated in Belo Horizonte that is obliged to handle Fiscal SPED or EFD – ICMS (Digital Fiscal Bookkeeping), according with the list of obliged taxpayers provided by SEF-MG. The data was collected through interviews structured with the company's manager. Further, documental analysis was conducted. On reports and tax books provided by the company analyzed. As a result, it was observed that from July of 2012, through adaptations necessary and indispensable to the fulfillment of this accessory obligation, proceeded the implementation of internal control over the buying of materials and services. The company is starting its process of internal control over materials and services due to Fisco's requirement to comply with the Fiscal SPED. It was observed that implementing the organizational structure of internal control in the process is indispensable in order to mitigate the risk of legal sanctions by the Fisco due to the delivery of incomplete and distorted information.

Keywords: Sped Fiscal Tecnologia of information. SEF-MG. Digital Bookkeeping Tax.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 - Representação da Saída Mercadoria EFD .....</b>	<b>16</b>
<b>FIGURA 2 - Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica .....</b>	<b>18</b>
<b>FIGURA 3 - Representação do Modelo Operacional.....</b>	<b>20</b>
<b>FIGURA 4 - Organograma proposto.....</b>	<b>26</b>

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1 - PROCEDIMENTOS INTERNOS: ENTRADA MER E SERVIÇOS.....28**

## LISTA DE SIGLAS

AC	Autoridade Certificadora
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COTEPE	Comissão Técnica Permanente
CPF	Cadastro da Pessoa Física
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
ENCAT	Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Estaduais
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICP	Infra-Estrutura de Chaves Públicas
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PVA	Programa Validador e Analisador
RFB	Receita Federal do Brasil
SEFAZ	Secretaria Estadual da Fazenda
SINIEF	Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SRF	Secretaria da Receita Federal
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI	Tecnologia da Informação
XML	<i>Extended Markup Language</i>
SINTEGRA	Sistema Integrado de Administração Fazendária

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Contextualização.....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Problemas de pesquisa .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3 Objetivos.....</b>	<b>11</b>
1.3.1 Objetivo geral .....	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Sistema público de escrituraçãofiscal (SPED) .....</b>	<b>14</b>
2.1.1 Escrituração fiscal digital .....	14
2.1.2 Nota fiscal eletrônica (NF-e) .....	17
<b>2.2 Controle interno: Compras de materiais e serviços .....</b>	<b>20</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Tipo de pesquisa .....</b>	<b>23</b>
<b>4 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>24</b>
<b>4.1 Empresa .....</b>	<b>25</b>
4.1.1 Análise da entrevista.....	24
4.1.2 Etapas do modelo operacional.....	27
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>31</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>33</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

A partir da década de 80, assiste-se a um crescimento no uso e disseminação dos microcomputadores, bem como o aumento do uso de sistemas informatizados nas áreas administrativa, comercial e contábil das empresas. Tal evolução tecnológica também refletiu na relação do governo com o contribuinte: a escrituração dos tributos deixa de ser manual, passando para a forma digital.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) começou a ser desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a edição da Lei nº. 9.989/00, de 21 de julho de 2000, que dispunha sobre o Plano Plurianual e contemplava o programa de modernização das administrações tributárias e aduaneiras.

Em 2003, foi aprovada a Emenda Constitucional nº. 42, em 19 de dezembro de 2003, introduzindo o inciso XXII ao art. 37 - da Constituição Federal - em que determina a atuação integrada das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

Em julho de 2004, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Administradores Tributários(ENAT), cujos principais objetivos, conforme o Portal ENAT, foram: a promoção de maior integração administrativa, de maior padronização e de melhor qualidade das informações; a racionalização de custos e da carga de trabalho e uma maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas, bem como maior intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais. Assim, neste Encontro, foram aprovados dois Protocolos de Cooperação Técnica, um objetivando a construção de um cadastro sincronizado que atendesse aos interesses das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, outro, de caráter mais geral, que viabilizasse o desenvolvimento de métodos e instrumentos que atendessem aos interesses dos respectivos entes públicos.

Em agosto de 2005, foi realizado o segundo ENAT, assinando os Protocolos de Cooperação n° 02 e n° 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

Desse modo, em 2007, o governo federal instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), por meio do Decreto n°. 6.022. Este instrumento unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal, mediante fluxo único e computadorizado de informações. O objetivo da ferramenta é unificar a coleta de dados contábeis e fiscais, promovendo, assim, a integração entre os fiscos federal, estadual e municipal, bem como identificar a sonegação fiscal.

O SPED é composto de módulos como a Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital, Nota Fiscal Eletrônica, Conhecimento de Transporte Eletrônico, dentre outros.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) foi instituída pelo Convênio ICMS n°. 143, de 2006 e regulamentada pelo Decreto n°. 44.992, de 2008, que alterou o RICMS de 2002.

A EFD consiste em um arquivo digital, que contém um conjunto de informações de interesse dos fiscos referentes às operações, prestações de serviços e apuração de impostos do contribuinte. Essa nova sistemática de escrituração fiscal é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) da Receita Federal do Brasil (RFB). O arquivo será assinado digitalmente pelo contribuinte ou por seu representante legal de acordo com as normas da Infra estrutura de Chaves Publicas Brasileira (ICP-Brasil).

O contribuinte gera um arquivo eletrônico de acordo com o leiaute pré-estabelecido. O arquivo deve ser validado, assinado digitalmente e transferido para o Serpro, via internet. O aplicativo para essas funções é disponibilizado pela RFB. Os arquivos transferidos serão disponibilizados para a RFB e para as Secretarias de Estado de Fazenda Estaduais (SEFMG), no caso do Estado de Minas Gerais.

De acordo com o Ministério do Planejamento, as administrações tributárias hoje dispõem grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes. Os montantes de transações realizadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo acelerado e, conseqüentemente, aumentam os custos inerentes à necessidade do Estado de detectar e prevenir a sonegação tributária.

O projeto SPED pretende garantir o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras.

Dentre os benefícios promovidos pelo SPED FISCAL, vale ressaltar a facilidade de acesso à escrituração - ainda que não disponível em tempo real - o aumento das possibilidades de seleção de contribuintes e, quando realizadas auditorias, o SPED acarreta expressiva diminuição no tempo de sua execução.

No processo de compra de materiais e serviços da empresa objeto de estudo as notas fiscais eram conferidas quando da entrada das mercadorias e enviadas à contabilidade para escrituração e apuração dos impostos. O arquivo SINTEGRA (Sistema Integrado de Administração Fazendária) era gerado na empresa e enviado ao fisco sem uma maior conferência ou auditoria, ou seja, as conferências não tinham sua devida importância antes do advento do SPED, gerando assim uma maior margem de erro nas informações transmitidas à contabilidade e ao Fisco. Com a implantação do SPED iniciou-se um processo de controle interno onde a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) é conferida antes mesmo da chegada da mercadoria tentando assim evitar erros de CFOP (Código Fiscal Operação e Prestações) e CST (Código Situação Tributária), novamente conferida na entrega da mercadoria e encaminhada ao CPD (Centro Processamento de Dados) onde a mesma é escriturada no sistema fiscal (SpressCom). Após encerramento do mês o arquivo é gerado para validação no (PVA), e então encaminhado à contabilidade que faz uma análise crítica e audita eletronicamente o arquivo. Caso ocorram erros ou advertências o mesmo é encaminhado para a empresa, que deve fazer as devidas correções para nova validação diminuindo a margem de erro que poderia causar multas e questionamentos por parte do fisco.

## **1.2 Problemas de pesquisa**

Qual o impacto do Sistema Público de Escrituração Digital no sistema de controles internos relacionados ao processo de compra de materiais e serviços?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Identificar os pontos de melhoria e vulnerabilidade na estrutura de controles internos de empresas, tendo em vista a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), no que se refere ao processo de compras de materiais e serviços.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

Analisar a estrutura de controles internos do processo de compras de materiais e serviços, e sua ligação com o SPED. Fiscal.

Investigar as contribuições do SPED Fiscal para a estrutura de controles internos, ligados ao processo de compras de mercadorias e serviços.

Analisar a avaliação dos riscos do processo de compras de mercadorias e serviços, no que se refere às obrigações acessórias e a sua relação com o SPED Fiscal.

## **1.4 Justificativa**

As obrigações acessórias relativas à apuração e ao pagamento de tributos impactam, de forma significativa à estrutura de controles internos das empresas.

Para conformidade, a legislação tributária deve implementar controles internos que garantem a integridade das informações transmitidas aos órgãos fiscalizadores, visando mitigar riscos de passivos fiscais resultantes do descumprimento a essas obrigações .

Desde a vigência do Decreto nº. 6.022, de janeiro de 2007, as empresas estão obrigadas à aderência ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Este sistema consiste na informatização das obrigações acessórias transmitidas às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores e utiliza a certificação digital para validade jurídica dos

documentos eletrônicos transmitidos. Assim, as informações relativas aos clientes, fornecedores, bem como escriturações contábeis e fiscais são transmitidas ao fisco em arquivo digital, o que exige que as empresas mantenham a integridade dessas informações.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é desvendar o impacto da implementação do SPED na estrutura de controles internos da empresa estudada, no que se refere ao processo de compras de mercadorias e serviços, buscando contribuir para o aprimoramento da avaliação de riscos e controle em relação ao cumprimento de obrigações acessórias.

Para academia, este estudo é relevante, pois aprofunda os conhecimentos de controles internos e sua relação com o cumprimento de obrigações acessórias determinadas na legislação tributária. O estudo também contribui para futuras análises e revisões dos instrumentos administrativos e fiscais que determinam a apresentação de informações para fins de fiscalização.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Sistema Público de Escrituração Fiscal (SPED)

#### 2.1.1 Escrituração Fiscal Digital

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Decreto nº. 6.022, de janeiro de 2007. Esse sistema consiste na informatização da relação entre fisco e os contribuintes.

Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.  
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e considerando o disposto no art. 37, inciso XXII, da Constituição, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e nos arts. 217, 1.180 da Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresariais, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

§ 1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observando o disposto da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no caput não dispensa o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

Segundo Site da Receita Federal do Brasil, O SPED:

- Iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF-e
- Representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal).
- Mantém parceria com 20 instituições, entre órgãos públicos, conselhos de classe, associações e entidades civis, na construção conjunta do projeto.
- Possibilita, com as parcerias fisco empresa, o planejamento e a identificação de soluções antecipadas no cumprimento das obrigações acessórias, em face às exigências a serem requeridas pelas administrações tributárias.

- Faz com que a efetiva participação dos contribuintes na definição dos meios de atendimento às obrigações tributárias acessórias exigidas pela legislação tributaria contribua para aprimorar esses mecanismos e confere a esses instrumentos maior grau de legitimidade social.
- Estabelecer um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade.

As empresas a partir de sua base de dados devem gerar um arquivo digital de acordo com *leiaute* estabelecido em ato pela Comissão Técnica Permanente (COTEPE) informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS. Este arquivo deverá ser submetido à importação e à validação pelo Programa Validador e Analisador (PVA) fornecido pelo SPED. A forma de transmissão dessas informações foram definidas pelo convênio ICMS nº. 143, de 15 de dezembro de 2006 e de 18 de abril de 2008. A obrigatoriedade de transmissão do SPED FISCAL é exigida para os contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que se enquadram no Anexo XII do protocolo de ICMS nº. 77, de 2008, ou todos os contribuintes divulgados na lista dos obrigados a entrega do SPED-FISCAL disponibilizada pelas administrações fazendárias. Os estabelecimentos obrigados à EDF, mesmo com as atividades paralisadas no período, ou seja, sem movimento, devem apresentar o arquivo informando, no mínimo, os registros obrigatórios. De acordo com o Ato COTEPE nº. 09, de 2008, os registros obrigatórios em cada EFD (Escrituração Fiscal Digital) são os de abertura e encerramento do arquivo e de cada bloco que compõe o arquivo digital.

Conforme demonstrado na figura 1, na página seguinte um exemplo de escrituração das notas fiscais de saída, no módulo do PVA onde constam informações cadastrais, tabelas do contribuinte, cadastro do ativo imobilizado e demais informações referente à escrituração fiscal de entrada e saída de mercadorias e serviços.

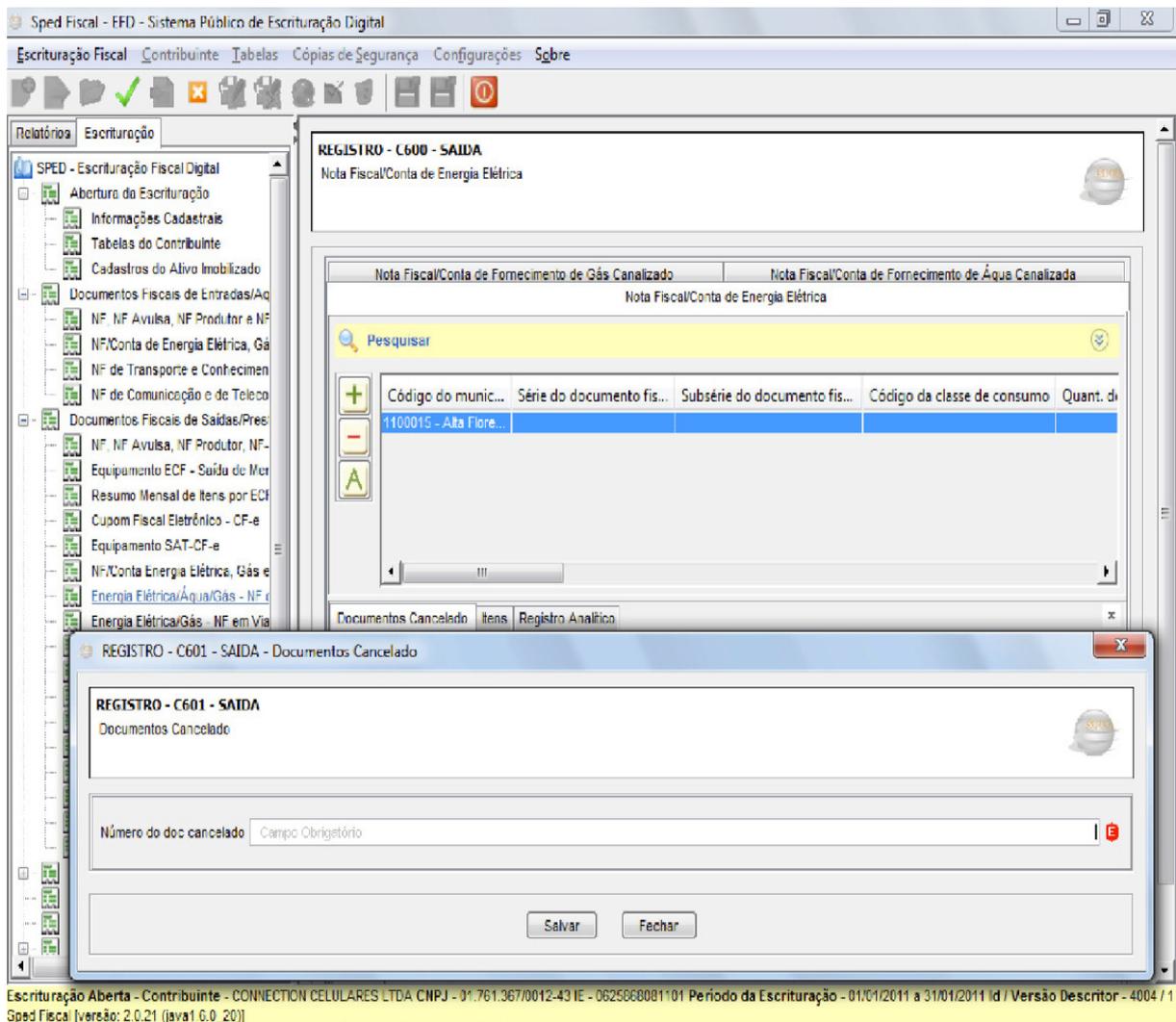


FIGURA 1 - Representação da Saída Mercadoria EFD

FONTE: SPED Fiscal - EFD (2012)

As informações transmitidas na EFD são as seguintes:

Entradas e saídas de mercadorias bem como ao serviço prestado e tomado, incluindo a descrição dos itens de mercadorias, produtos e serviços.

Quantidade, descrição e valores de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação, em posse ou pertencentes ao estabelecimento do contribuinte declarante, ou fora do estabelecimento e em poder de terceiros.

Qualquer outra que repercuta no inventário físico e contábil, na apuração, no pagamento ou na cobrança do imposto.

## **2.1.2 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**

A nota fiscal eletrônica é definida como o documento emitido e armazenado eletronicamente que tem a finalidade de acobertar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso pela administração tributária de seu domicílio.

### **2.1.2.1 Objetivo do projeto Nota Fiscal Eletrônica**

O objetivo do projeto NF-e é implantar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que substitua a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, modelos 1 e 1A, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo que o Fisco acompanhe as transações comerciais em tempo real. (ENCAT, 2007).

O projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03, de 28 de agosto de 2005, e atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto NF-e. No Brasil a integração e a cooperação entre Administrações Tributárias são temas muito debatidos e possuem forte grau de descentralização fiscal.

Atualmente, as Administrações Tributárias despendem grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes. Os volumes de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo intenso e na mesma proporção, aumentando custos inerentes num ritmo intenso e, na mesma proporção, aumentam os custos inerentes à necessidade do Estado de detectar e prevenir a evasão tributária.

Assim, o projeto justifica-se pela necessidade de investimento público voltado para integração do processo de controle fiscal, possibilitando:

- Melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos.

- Redução de custos e entraves burocráticos.
- Fortalecimento do controle e da fiscalização;

O projeto também possibilitará os seguintes benefícios e vantagens às partes envolvidas:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal.
- Melhoria no projeto de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos.
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais examinadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito.
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais.
- Rapidez no acesso as informações.
- Eliminação de papel.
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

A Figura 2 a seguir, mostra o portal da NF-e onde tem-se toda indicação da legislação e atos normativos, *download* para os aplicativos vinculados a NF-e bem como os procedimentos de emissão, armazenamento, envio, em fim todos os procedimentos acerca do projeto de nota fiscal eletrônica.

FIGURA 2 - Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica  
 FONTE: RECEITA FEDERAL DO BRASIL (2012)

Na Figura 3 resume todo o processo há cerca na NF-e desde a indústria quando sai a mercadoria o envio dos arquivos digitais ao fisco e contribuinte bem como o processo de autorização e uso da NF-e, a validação e recepção dos arquivos XML, e o cruzamento de dados entre os participantes.

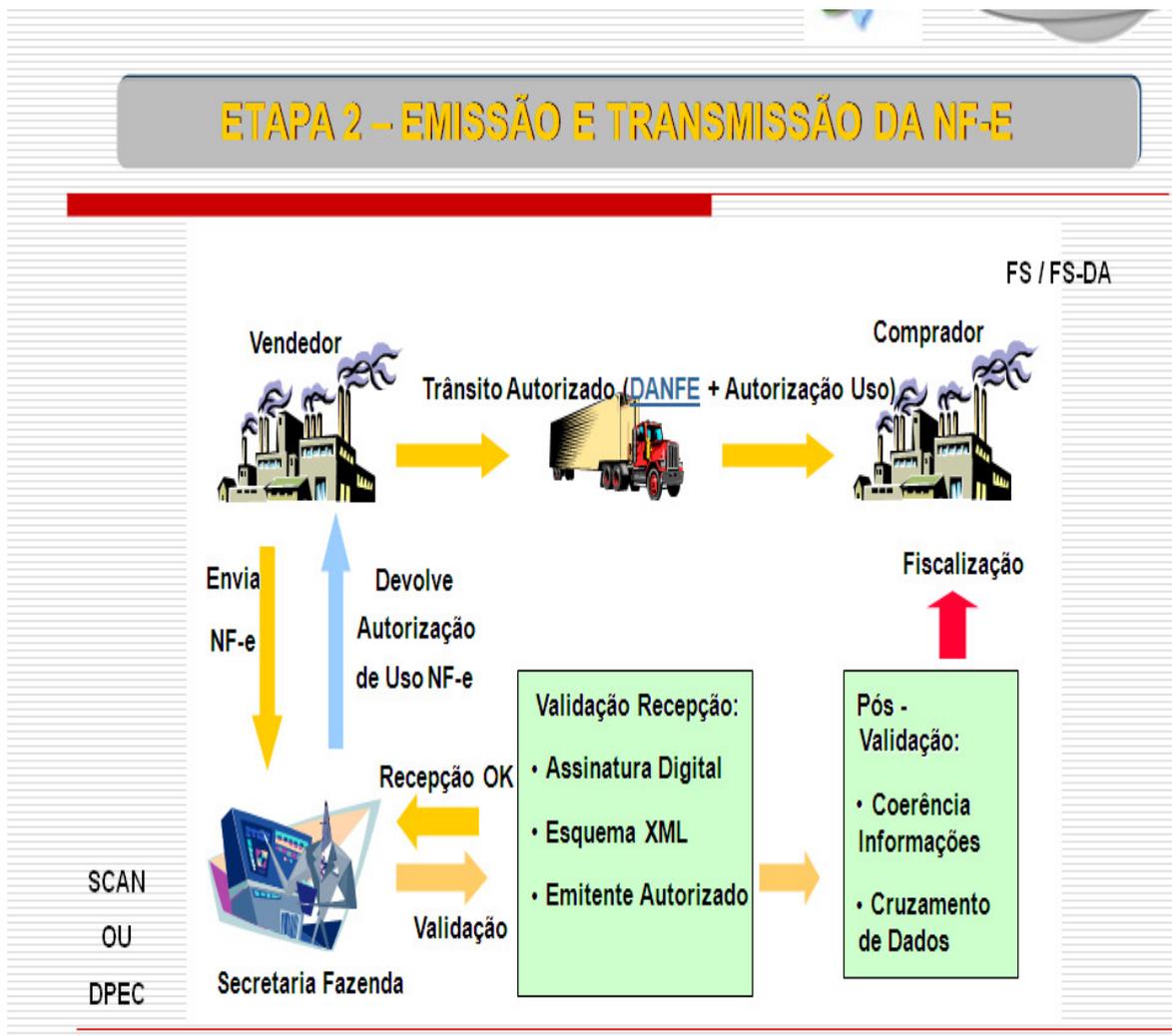


FIGURA 3 - Representação do Modelo Operacional  
 FONTE: SEFAZ (2009)

## 2.2 Controle interno: Compras de materiais e serviços

Por ser uma área que envolva grandes volumes de dinheiro e interesses e, também, através dos tempos, por ter se revelado preferida para a execução de práticas irregulares, o setor de compras de materiais e serviços é um setor que merece especial atenção por parte do controle interno das empresas.

Alguns aspectos positivos que um bom sistema de Controle Interno deve ter:

**a) Em relação à organização da função de compras:**

Existem vantagens, dependendo de cada situação, em se centralizar ou descentralizar as funções de compras, de acordo com as características de cada empresa ou produto.

A centralização permite maiores descontos, melhores condições de negociações com os fornecedores, maior controle sobre os níveis de estoques, melhor aproveitamento dos materiais não utilizados em um setor por outro setor, etc;

A descentralização permite menor burocracia, maior conhecimento dos produtos por parte dos compradores, menores distâncias diminuindo os valores dos fretes cobrados, menor necessidade de locais para armazenamento das mercadorias, etc.

**b) Em relação à execução das compras:**

As autorizações para a efetivação das compras devem ser dadas por escrito e ter as responsabilidades claramente definidas.

Os bens e serviços a serem adquiridos devem satisfazer adequadamente a relação custo x benefício, o que tem relação com o binômio qualidade x preço.

As quantidades de compras devem ser decididas através do uso de fórmulas adequadas para a sua determinação (estoque mínimo necessário, lote econômico, estoque máximo, etc:).

Os meios de transporte, para serem escolhidos, devem ser seguros, rápidos, terem preços acessíveis e boas condições de pagamento.

Os fornecedores devem ter ficha limpa, ou seja: boa qualidade em seus produtos e capacidade de entregá-los no tempo combinado.

Devem ser feitas cotações de preços em diversos fornecedores antes de se efetuar as compras.

É necessário existir uma política de seguros para o transporte das mercadorias quando este for feito através de meios próprios.

**c) Com relação às compras realizadas:**

É necessário que haja autorização para as ordens de compra.

A recepção deve emitir informações ou relatórios pré-numerados das mercadorias recebidas.

Essas informações devem ser enviadas aos seguintes setores: Compras, Contabilidade, Setor Fiscal, Planejamento de Produção, Almoxarifado, etc.

Deve haver um rigoroso controle de qualidade.

Os preços e as condições devem ser conferidos com as cotações de preço e estas com as ordens de compra expedidas.

As entregas parciais devem ser controladas.

**d) Com relação aos registros e procedimentos contábeis:**

É preciso que haja normas e procedimentos de registro que estejam claramente definidos.

A posição de qualquer fornecedor deve ser de fácil localização na hora em que esta for necessária.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

A pesquisa configura-se como descritiva, documental, e com natureza qualitativa através de um levantamento bibliográfico, bem como a apresentação de um estudo empírico, onde foi realizada entrevista diretamente com o gestor e análise dos documentos fiscais da empresa, com o objetivo de conhecer o controle interno da empresa, do ramo varejista, de livros e revistas que é obrigada a cumprir as obrigações acessórias pela SEF-MG e pelo SPED Fiscal e verificando qual impacto a empresa sofreu após a implantação do SPED.

Segundo Gil (2006), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Caracteriza-se pela utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Numa pesquisa descritiva, portanto, devem-se registrar os fatos, analisá-los e interpretá-los, não ocorrendo à manipulação dos dados por parte do pesquisador, apenas a sua interpretação e descrição. Com isso a pesquisa em questão foi elaborada a partir da opinião do gestor da empresa sobre o assunto abordado, exposta através da entrevista realizada e transcrita na íntegra nos Apêndices A e B, enfatizando os pontos mais relevantes no desenvolver do trabalho com sua devida interpretação e descrição dos dados.

Quanto ao seu caráter documental, ainda conforme Gil (2006) tem-se que a pesquisa documental pode ser entendida como o uso de documentos que ainda não receberam um tratamento mais profundo quanto ao tema, ou ainda, que estes podem ser reelaborados de acordo com a pesquisa. Sendo utilizados na pesquisa em questão a análise detalhada das notas fiscais de entrada e saída do período de janeiro de 2012 à julho de 2012 via comparação analítica dos CFOP's, CST's, NCM (Nomenclatura Comum MERCOSUL) com os livros de registros de entrada e saída de mercadorias do mesmo período, bem como relatórios analíticos de entrada e saída de mercadoria.

Entrevista estruturada ou padronizada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido onde as perguntas feitas ao indivíduo são determinadas (MARCONI, 2006).

O trabalho também é do tipo qualitativo, pois como afirma Gil (1998, p. 37), “utiliza-se o ambiente natural para coleta de dados, onde pode-se analisar mais profundamente o fenômeno estudado.” Assim sendo toda pesquisa foi realizada dentro das dependências da empresa utilizando a documentação da mesma. Como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma entrevista com gestor de uma empresa de varejo de livros em 28 de outubro de 2012, possibilitando maior entendimento do processo de controle interno.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

A proposta inicial do estudo é verificar o controle interno de compras de materiais e serviços após a obrigatoriedade do SPED FISCAL, para que o mesmo fosse transmitido com segurança.

### **4.1 EMPRESA**

A empresa é do ramo varejista, da cidade de Belo Horizonte – MG. Ela é do ramo varejista de livros, revistas e artigos de papelaria. Esta empresa foi escolhida como estudo de caso porque representa uma empresa que teve mudança em seu controle interno após implantação do SPED FISCAL. Esta é a realidade da maioria das empresas no Brasil.

A empresa possui um sistema computadorizado de emissão de notas fiscais e cadastro de compras e materiais e serviços. Todos os fornecedores são cadastrados no sistema que quando alimentado emite as notas fiscais eletrônicas, dando, automaticamente, baixa automaticamente no estoque.

A empresa possui um técnico responsável pelo CPD e mais três auxiliares. Estes técnicos efetuam todo contato com fornecedores, ligações, recebimento de notas fiscais e devolução de mercadorias. A empresa também possui um coordenador que é responsável pelas compras. Junto com o CPD são feitos os pedidos, por fax, e-mail ou pelo site do fornecedor ou representantes que visitam a loja onde se confere se os dados informados nos pedidos estão livres de erros.

Um técnico do CPD da empresa gera o arquivo do SPED FISCAL diretamente do sistema da Spres. Após a geração do arquivo, este é importado para o PVA (Programa Validador e Analisador) onde são verificados e corrigidos os erros e advertências pelos funcionários do CPD ou pelo escritório de contabilidade uma vez que a escrituração contábil e fiscal é terceirizada. Após a correção, o arquivo é transmitido para receita.

#### 4.1.1 Análise da entrevista

A empresa, percebendo a necessidade de se adequar à legislação, de tornar-se mais competitiva, organizada e parceira de seus fornecedores, resolveu, em conjunto com a contabilidade, contratar os serviços de uma consultora fiscal, para treinar auxiliares fiscais para melhor compreensão do processo de escrituração fiscal com a obrigatoriedade do SPED FISCAL.

Verificou-se que será necessária a contratação de mais algumas pessoas, e o quadro de pessoal da empresa foi sugerido conforme o organograma apresentado pela figura 4.

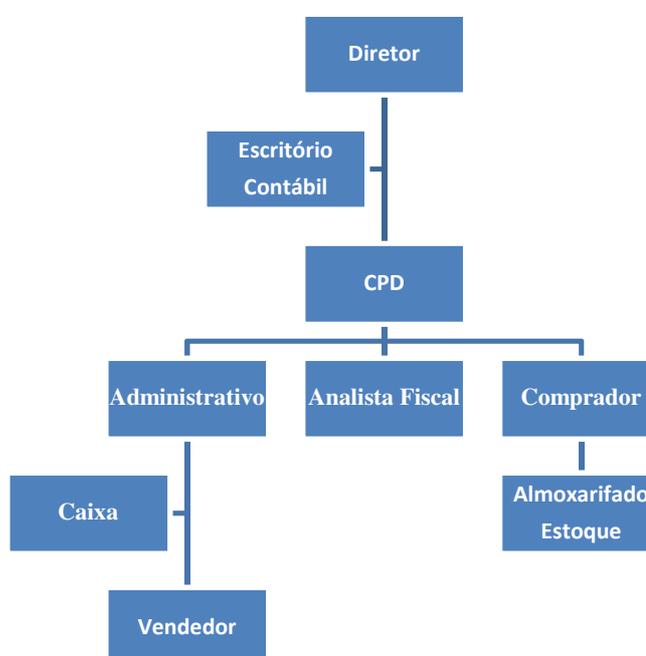


FIGURA 4–Organograma proposto  
FONTE: O autor

Para evitar erros ou informações inexatas o Gestor (informação verbal)<sup>1</sup> realiza uma revisão geral no cadastro de fornecedores onde todo cadastro será analisado com o intuito de certificar-se ele não possui erros, quando também serão revistos endereços, CNPJ, CPF, NCM, CFOP - pois todos estes dados são cruzados no SPED - ou qualquer outro problema que interfira no cadastro. Após análise dos dados do fornecedor, serão verificados os produtos

<sup>1</sup> Entrevista concedida pelo Gestor. Roteiro A. (out. 2012). Entrevistador: Alexandre Geraldo Gomes de Oliveira. Belo Horizonte, 2012. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

cadastrados no sistema para que quando a NF-e for importada pelo sistema não haja divergências.

Toda compra de materiais e serviços, será digitada no módulo de Contas a Pagar, de acordo com as notas fiscais dos fornecedores. Desta forma será possível ter um controle mais eficiente de todas as despesas efetuadas, servindo este módulo de ferramenta gerencial para auxiliar na composição do fluxo de caixa.

#### **4.1.3 Etapas do Modelo Operacional**

O processo de compras materiais e serviços conforme descrito pelo Gestor (informação verbal)<sup>2</sup> após a implantação do SPED melhorou o funcionamento do controle interno trazendo mais confiabilidade e transparência nas informações prestadas ao fisco. De acordo com as etapas de controle descritas abaixo:

Etapa 1 – Pedido compra pelo coordenador ou representante comercial.

Etapa 2 – Conferência do pedido pelo espelho da NF-e do Fornecedor.

Etapa 3 – Confirmação do recebimento do arquivo XML da NF-e.

Etapa 4 – Importação do arquivo XML no sistema *Spress Com*.

Etapa 5 – Confirmação de Recebimento da NF-e pelo destinatário.

O quadro a seguir demonstra o processo de controle interno da empresa em estudo detalhado passo a passo os procedimentos no processo da NF-e de entrada de mercadorias e serviços no sistema da empresa e os devidos cuidados com o processo.

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida pelo Gestor. Roteiro B. (out. 2012). Entrevistador: Alexandre Geraldo Gomes de Oliveira. Belo Horizonte, 2012. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Caso de Uso:	Cadastro da NF-e compra materiais e serviços.
Visão Geral	O Contribuinte procede a inclusão da NF-e no sistema.
Objetivo	Receber habilitação junto a Sefaz da validade da NF-e.
Ator Primário	Fornecedor
Ator Secundário	---
Pré-Condição	Contribuinte deve ser cadastrado como Contribuinte e possuir uma senha de acesso obtida diretamente na Sefaz.
Pós-Condição	Todos os dados da NF-e são exibidos para conferência e validação.
Seqüência Típica de Eventos	O Contribuinte confere seus dados cadastrais. “Caso os dados cadastrais estejam corretos, clica no botão “confirma” e procede a importação da NF-e”. Gera-se o Arquivo SPED. Validação do Arquivo. Transmissão do Arquivo para Sefaz.
Seqüência Alternativa	Caso os dados cadastrais estejam errados, o Fornecedor é orientado a regularizá-los. O Contribuinte pode regularizar os dados no PVA. Após regularização o arquivo é validado e transmitido.

QUADRO 1 - Procedimentos internos: entrada mercadorias e serviços

FONTE: O autor

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **5.1 Resultados Obtidos com o Trabalho**

De acordo com os estudos realizados, fica evidente que qualquer erro ou informação inadequada tem origem no cadastro dos fornecedores e dos produtos da NF-e. A tecnologia traz, então, grandes facilidades nos controles internos de compras de materiais e serviços, tornando, assim, mais ágil e confiável o processo de validação dos arquivos e, obviamente, acarretando um cadastro mais adequado dos fornecedores e dos produtos.

No momento atual ainda existem negócios que não são dependentes da tecnologia, mas no caso do SPED Fiscal se a empresa não se atualizar buscando a inovação da tecnologia e um bom planejamento fiscal não terá sucesso em seus procedimentos. Contudo não podemos esquecer que ela também precisa do capital humano, dos recursos humanos, da inteligência das pessoas que cuidarão dos ativos da empresa, ou seja, pessoal capacitado para operacionalizar o sistema.

Uma empresa como a que foi estudada, sendo média empresa, com pretensão de inovar e se adequar às leis, atualmente, tem que dispender recursos financeiros para adquirir sistemas e aplicativos, capacitar seus colaboradores para que os procedimentos sejam realizados de maneira correta. O controle interno também é essencial para o bom desenvolvimento da empresa, pois com ele a margem de erro diminui demonstrando com mais exatidão e transparência as informações ao fisco e, ou usuários.

### **5.2. Sugestões para Pesquisa Futuras**

Todavia, sugere-se um aprofundamento da linguagem XML (*Extended Markup Language*) em trabalhos elaborados futuramente. De acordo com a pesquisa, acredita-se que esta linguagem facilitará a questão da integração com os sistemas dos órgãos governamentais. Tal conhecimento exige a obtenção de conhecimentos técnicos mais apurados.

É certo que algumas empresas pequenas e médias que necessitam utilizar sistemas desenvolvidos pela RFB ou algum outro órgão, terão que possuir seus próprios sistemas através do conhecimento do XML no processo de integração, onde será de extrema e

fundamental importância. Aconselham-se as pesquisas de campo para fins de se discutir problemas não abordados neste trabalho.

No entanto, o intuito desse trabalho é mostrar o ponto positivo deste projeto do governo, que com a implantação do Sped Fiscal nas empresas, terá acesso muito mais fácil as informações fiscais podendo confrontar com outros documentos fiscais eletrônico dificultando as fraudes que prejudicam tanto a sociedade. Com o mundo contemporâneo, o uso da tecnologia pelos legisladores brasileiros se torna, cada vez mais comum, resultando em uma ferramenta de controle, avaliação e gerenciamento para benefícios dos órgãos envolvidos, todos compartilhando dos mesmos dados devido à integração destes órgãos.

Entendendo que a falta dos recursos tecnológicos poderia ser um entrave para o sucesso do projeto, o governo, através de seus órgãos e meios competentes, fez a sua parte com isto o ponto mais positivo elencado nesse projeto é o aspecto legal dos atos praticados, todos garantidos pelo uso de assinatura digital concedida pelas Autoridades Certificadoras. O Brasil surpreendeu ao ter uma excelente iniciativa em relação aos demais países. Não fosse a complexidade do sistema tributário do País, e se houvesse maior empenho do próprio Governo, este sistema já poderia estar vigorando plenamente, sendo apenas aperfeiçoado na medida em que surgiram novas tecnologias, melhores e mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 23 de janeiro de 2007. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 10/10/2012.

BRASIL. Ato COTEPE/ICMS nº 9, de 18 de abril de 2008. Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital- EFD. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 19 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10/10/2012.

BRASIL. Ato COTEPE/ICMS nº 33, de 29 de setembro de 2008. Dispõe os prazos de cancelamento de NF-e e de transmissão de NF-e emitida em contingência, conforme disposto no ajuste SINIEF 07/05. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 30 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20/10/2012.

BRASIL. Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002. Aprova o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 14 de dezembro de 2002. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 20/10/2012.

BRASIL. Decreto nº 44.992, de 29 de dezembro de 2008. Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 14 de dezembro de 2002. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 20/10/2012.

BRASIL. Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006. Estabelece a Restrição e obrigatoriedade da EFD. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2006. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 23/10/2012.

BRASIL. Protocolo ICMS nº 77 de 18 de setembro de 2008. Estabelece lista contribuintes obrigados EFD. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 19 de setembro de 2008. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 23/10/2012.

BRASIL. Protocolo ENAT nº 03 de 28 de agosto de 2005. Estabelece Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio da Receita Federal do Brasil, os Estados e o Distrito Federal, por intermédio de suas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 29 de agosto de 2005. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 23/10/2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003 (a). Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. *Ministério da Fazenda*. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >. Acesso em: 25/12/2012.

DUARTE, Roberto Dias. *Big brother fiscal III: o Brasil na era do conhecimento*. São Paulo: Idéias Work, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução á pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Loyola, 2003.

#### **Sites consultados:**

FAZENDA MG. Secretaria de fazenda do Estado de Minas Gerais. Legislação tributária: Disponível em: <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas>>. Acesso em: 23/10/2012.

PLANALTO. Presidência da República Casa Civil. Legislações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil>> . Acesso em: 23/10/2012.

RECEITA. Receita Federal do Brasil. Atos Legais. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 23/10/2012.

## APÊNDICES

### APÊNDICE - A TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA NA ÍNTEGRA COM GESTOR DA EMPRESA - ROTEIRO A

#### **Análise da Escrita Fiscal Digital no Sistema Informatizado**

**Entrevistador:** Existe assistência técnica do ERP de maneira rápida e eficiente?

**Gestor:** No momento a assistência técnica não é tão ágil como deveria de ser devido a venda da empresa para um grupo de São Paulo estamos tendo muita dificuldade neste sentido.

**Entrevistador:** Cadastro de fornecedores e clientes está atualizado e correto?

**Gestor:** Não há ainda muitas adequações a serem feitas no cadastro.

**Entrevistador:** Existe mais de uma mercadoria com mesmo código?

**Gestor:** Não este procedimento não há.

**Entrevistador:** Existe mais de um código para mesma mercadoria?

**Gestor:** Também não temos este problema.

**Entrevistador:** As mercadorias estão cadastradas com NCM correto?

**Gestor:** Estão corretas mais temos que fazer uma revisão em nosso cadastro.

**Entrevistador:** As mercadorias estão em unidades de conversão uniforme, ou seja, a mesma unidade que sai é igual a que entra?

**Gestor:** Sim este procedimento está correto.

**Entrevistador:** Os códigos da situação tributária (CST) de entrada e saídas estão cadastrados de forma adequada?

**Gestor:** Estão de forma adequada há porém divergência nas transferências.

**Entrevistador:** Os produtos estão cadastrados com alíquota de ICMS e sua redução da base de cálculo, caso tenha, estão conforme a legislação vigente?

**Gestor:** Estão cadastrados conforme legislação

**Entrevistador:** A empresa é obrigada a gerar a Escrita Fiscal Digital (EFD)?

**Gestor:** Sim esta desde janeiro de 2011.

**Entrevistador:** Gera o arquivo EFD-ICMS/IPI?

**Gestor:** Sim e gerado pelo sistema

**Entrevistador:** Gera nota fiscal eletrônica?

**Gestor:** Sim o sistema emite a NFE

**Entrevistador:** Importa a NF-e e EFD-ICMS/IPI?

**Gestor:** Não esta função não esta habilitada

**Entrevistador:** Existe controle de estoque confiável?

**Gestor:** Confiável mais sempre a ajustes no inventario

**Entrevistador:** O programa ERP faz apuração e ajuste da EFD-ICMS/IPI?

**Gestor:** Não esta função não e habilitada

**Entrevistador:** Existe controle de qualidade das informações enviadas por meio da EFD (relatórios ou cruzamento de informações)?

**Gestor:** Estamos começando com uma auditoria de arquivos magnéticos

**Entrevistador:** Validado pelo PVA?

**Gestor:** Valida mais com alguns erros que estão sendo sanados em tempo hábil para a transmissão do arquivo

**Entrevistador:** A equipe de profissionais está capacitada para atender novas exigências da EFD?

**Gestor:** Estamos nos qualificando para isto.

**Entrevistador:** Existe consciência da administração da empresa do envio da EFD?

**Gestor:** Temos pleno conhecimento da obrigação tributaria acessória.

**Entrevistador:** Existe programa auxiliar para verificar ad informações contidas no EFD, bem como sua qualidade?

**Gestor:** Sim está começando um processo de auditoria eletrônica dos arquivos

**Entrevistador:** Há nível de segurança razoável nas informações contidas na EFD?

**Gestor:** Sim

## APÊNDICE - B TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA NA ÍNTEGRA COM GESTOR DA EMPRESA - ROTEIRO B

### **Controle de Compras de Materiais e Serviços**

**Entrevistador:** Os sistemas de controle implantados evitam entradas e saídas de mercadorias sem documentação suficiente?

**Gestor:** Sim este procedimento está funcionando bem com controles confiáveis

**Entrevistador:** No controle informatizado de estoque é adotado?

**Gestor:** Sim o estoque é gerado pelo sistema.

**Entrevistador:** Registro do custo unitário está de acordo com a legislação?

**Gestor:** Utilizamos o custo médio em conformidade com a legislação.

**Entrevistador:** O controle de fornecedores é integrado com a contabilidade?

**Gestor:** Não estamos trabalhando para esta integração

**Entrevistador:** Os registros no sistema informatizado de fornecedores são feitos por pessoal qualificado?

**Gestor:** Este procedimento é feito por pessoal treinado pelo CPD central

**Entrevistador:** Existe aprovação superior para compras com valores excedentes a determinados limites?

**Gestor:** Toda compra passa pela alta administração da empresa

**Entrevistador:** Existe de cotação de preços por escrito e para mais de um fornecedor para cada compra, visando selecionar o mais conveniente?

**Gestor:** Este procedimento é feito pelo gerente de compra que faz a cotação em três fornecedores distintos antes da realização das compras.

**Entrevistador:** É proibido o acesso do pessoal de compras aos registros de estoque?

**Gestor:** Sim somente pessoal autorizado tem acesso ao depósito

**Entrevistador:** Entrada das mercadorias são separadas conforme sua destinação (consumo, comercialização) com seu código da situação fiscal correspondente?

**Gestor:** São separadas no momento da entrega

**Entrevistador:** As entregas são feitas somente com base em requisições ou ordens de expedição autorizadas?

**Gestor:** Toda entrega é feita mediante autorização